DÍVIDA E MOEDA EM DAVID GRAEBER: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA ANTROPOLOGIA À CIÊNCIA ECONÔMICA

Larissa Corrêa Garcia
Leonardo André Paes Müller

RESUMO

Este artigo examina a obra Dívida: os primeiros 5 mil anos do antropólogo David Graeber (2011), investigando suas possíveis contribuições ao debate econômico sobre a origem e a natureza da moeda. O trabalho articula Graeber com a tradição creditícia (Innes, Hudson, Maurer) e cartalista da moeda (Knapp, Goodhart) e amplia a discussão a partir das funções monetárias propostas por O'Flynn (2018) e da teoria das trocas complementares em Kuroda (2020). Apresenta então a proposta de Graeber em três eixos: (i) a crítica à narrativa linear e progressista da história monetária contida no mito do escambo; (ii) os conceitos de economia humana e moeda social (social currency), que revelam formas de intercâmbio fundadas em relações qualitativas e não mercantis; e (iii) a cronologia alternativa da moeda, estruturada na alternância histórica entre períodos de predomínio creditício e metálico ao longo de 5000 anos. O argumento central é que a abordagem interdisciplinar de Graeber oferece ferramentas analíticas para questionar a naturalização do mercado e a moralização da dívida, revelando que os sistemas monetários sempre foram plurais, complementares e historicamente contingentes.

Palavras-chave: dívida; moeda; David Graeber; teoria creditícia; funções da moeda

ABSTRACT

This article examines the work *Debt: The First 5,000 Years* by anthropologist David Graeber (2011), investigating its potential contributions to the economic debate regarding the origin and nature of money. The study articulates Graeber's work with the credit tradition (Innes, Hudson, Maurer) and the chartalist theory of money (Knapp, Goodhart), expanding the discussion through the monetary functions proposed by O'Flynn (2018) and the theory of complementary exchanges in Kuroda (2020). It presents Graeber's proposal across three axes: (i) a critique of the linear and progressivist narrative of monetary history contained in the myth of barter; (ii) the concepts of human economy and social currency, which reveal forms of exchange grounded in qualitative and non-market relations; and (iii) an alternative chronology of money, structured by the historical alternation between periods of credit and metallic predominance over 5,000 years. The central argument is that Graeber's interdisciplinary approach offers analytical tools to challenge the naturalization of the market and the moralization of debt, revealing that monetary systems have always been plural, complementary, and historically contingent.

Keywords: debt; money; David Graeber; credit theory; monetary functions

Área Temática: 1. Metodologia e História do Pensamento Econômico

1. INTRODUÇÃO

A história da moeda é frequentemente contada como um avanço técnico e linear: o escambo rudimentar teria sido substituído por meios de troca mais eficientes até culminar nos sistemas monetários modernos. Tal narrativa pode ser remontada à Política de Aristóteles e encontra versões

célebres em Adam Smith (1776) e Carl Menger (1892). Compartilhada também pelo monetarismo (Fisher, 1920; Friedman, 1956), essa visão trata a moeda como fenômeno funcional e neutro, produto espontâneo das interações de mercado. No entanto, ela tem sido amplamente questionada por autores que colocam a dívida ao invés da troca no centro da gênese do dinheiro, onde a moeda é considerada expressão institucionalizada de obrigações sociais, formas de crédito e relações de poder.

É nesse debate que se insere a obra Dívida: os primeiros 5 mil anos do antropólogo e ativista David Graeber (2011). Propõe uma revisão radical da história econômica, denunciando a violência por trás da moral da dívida e resgatando formas alternativas de economia fundadas em relações qualitativas e obrigações não mercantis.

Este artigo apresenta uma síntese de dissertação de mestrado em andamento. O objetivo é investigar as possíveis contribuições de Graeber à ciência econômica, articulando sua obra com três frentes teóricas: (i) a tradição creditícia da moeda e o debate sobre funções monetárias como crítica à narrativa linear e progressista da história monetária contida no mito do escambo; (ii) os conceitos de economia humana e moeda social (social currency), fundamentadas em relações qualitativas e não mercantis; e (iii) a cronologia alternativa da moeda, estruturada na alternância histórica entre períodos de predomínio creditício e metálico ao longo de 5000 anos.

A relevância da pesquisa para o tema do XXXI ENEP – "O futuro do capitalismo: retrocessos, resistências e alternativas" – reside na contribuição de Graeber para desnaturalizar as categorias econômicas dominantes. Ao demonstrar que dívida, mercado e moeda são construções históricas e culturais, sua obra abre espaço para pensar alternativas ao capitalismo financeirizado e para questionar a moralização das dívidas soberanas e privadas que perpetuam desigualdades estruturais nas periferias.

2. ORIGENS E FUNÇÕES DA MOEDA: ENTRE FUNCIONALISMO E INSTITUCIONALISMO

A teoria econômica convencional metalista e mengeriana entende a moeda como produto de um processo evolucionário de seleção de mercadorias mais vendáveis (Menger, 1892), cujo surgimento histórico responderia à necessidade de superar a dupla coincidência de vontades do escambo. Nessa visão, a função primordial da moeda é o meio de troca, sendo a unidade de conta e a reserva de valor consequências desse processo. O monetarismo (Fisher, 1920; Friedman, 1956) prolonga essa tradição ao tratar a moeda como exógena e neutra, controlável pelo banco central por meio do estoque monetário.

Em contraposição, a tradição institucionalista – que abrange o cartalismo de Knapp (1905) e a teoria creditícia de Innes (1913) – situa a unidade de conta como a função primeira da moeda, lógica e historicamente. Para Knapp, a moeda é "criatura do Estado": sua validade deriva do ato de poder pelo qual o soberano escolhe a unidade de conta e define o meio de pagamento aceito para quitação de obrigações fiscais. Goodhart (1998) retoma essa perspectiva ao distinguir as abordagens funcionalistas (metalistas e mengerianas) das institucionais (cartalistas e creditícias), e ao demonstrar historicamente que a moeda frequentemente desempenhou papel de meio de pagamento em relações sociais e governamentais antes de se tornar meio de troca generalizado nos mercados.

Um aprofundamento relevante dessa discussão é oferecido por O'Flynn (2018), que propõe desagregar as funções da moeda em seis categorias, distinguindo entre funções tangíveis e intangíveis. As três funções convencionais – unidade de conta (intangível), meio de troca (tangível) e reserva de valor (tangível) – são complementadas por padrão de valor (tangível), *link-money* ou moeda-elo (intangível) e medida de valores relativos (intangível). O'Flynn demonstra que a exigência convencional de que essas três funções sejam satisfeitas simultaneamente é historicamente impossível, pois tangibilidade e intangibilidade são logicamente incompatíveis. O shekel mesopotâmico ilustra esse ponto: era uma unidade de conta intangível (representando 8,33 gramas de prata refinada) que nunca circulou fisicamente como moeda-mercadoria, embora a prata física cumprisse as funções tangíveis de meio de troca e reserva de valor.[1]

Essa desagregação tem implicações diretas para a leitura de Graeber: se as funções da moeda não precisam ser satisfeitas simultaneamente por um único objeto, então a cronologia alternativa proposta por Graeber – em que sistemas de crédito e moedas metálicas se alternam na dominância histórica – torna-se ainda mais plausível: diferentes instrumentos cumprem diferentes funções em diferentes contextos institucionais, sem que haja uma única sequência evolutiva necessária.

Complementando essa perspectiva, Théret (2008) propõe que a moeda seja definida por suas características constitutivas próprias e não apenas por suas funções. Partindo do tripé dívida–soberania–confiança em Aglietta e Orléan (1998), ele distingue três formas de confiança que sustentam qualquer sistema monetário: a confiança metódica (fé na reciprocidade das taxas legais), a hierárquica (confiança no governo como poder coletivo) e a ética (concordância da população com os contratos envolvidos). Essa abordagem converge com Graeber ao colocar a dívida de vida – a

[1]O shekel mesopotâmico, unidade de conta intangível equivalente a cerca de 8,33 gramas de prata refinada, ilustra a separação histórica entre as funções monetárias: enquanto o shekel desempenhava o papel de unidade de conta (intangível), a prata física cumpria as funções de meio de troca e reserva de valor (tangíveis) (O'Flynn, 2018, pp.14-18).

dívida que cada ser humano tem pela sua existência social – como fundamento da universalidade do fato monetário.

A questão da endogeneidade da moeda também é central para compreender o lugar de Graeber nesse debate. Na visão ortodoxa, a oferta de moeda é exógena e controlada pelo banco central. A tradição pós-keynesiana (horizontalistas e estruturalistas) defende que a moeda se torna endógena com o desenvolvimento do sistema bancário: os bancos criam crédito sem necessidade de aumento prévio de reservas, e a autoridade monetária acomoda passivamente essa demanda ao fixar a taxa de juros de curto prazo. Tostes (2025) destaca que Chick (1992) e Minsky (1991) vão além ao sustentar que a moeda é endógena ou exógena de acordo com o período histórico, argumento que pode dialogar diretamente com a alternância de tipos de moeda na cronologia de Graeber

3. GRAEBER NA TRADIÇÃO CREDITÍCIA: DÍVIDA COMO FUNDAMENTO DA MOEDA

A tradição creditícia da moeda constitui o principal interlocutor teórico de Graeber. Seu ponto de partida compartilhado é a crítica à "sequência escambo–moeda", presente nas versões convencionais da história econômica. Para os autores dessa tradição, a moeda não emerge da necessidade de superar os inconvenientes do escambo, mas de relações prévias de obrigação, crédito e registro de dívidas.

Mitchell Innes (1913) é o representante mais citado por Graeber. Para ele, dinheiro é crédito e nada mais que crédito: uma venda não é a troca de uma mercadoria por um intermediário físico, mas a criação de um crédito para o vendedor e de uma dívida para o comprador. A sacralidade de uma obrigação está na base das sociedades humanas, e os instrumentos monetários, como os tally sticks medievais ingleses, são essencialmente reconhecimentos de dívida. Os governos, nessa leitura, operam em sistema de dívida e crédito, e a moeda ganha valor por sua "receitabilidade" para quitação de obrigações fiscais, não por leis de curso forçado ou padrão metálico.

Michael Hudson (2004; 2020) aprofunda essa leitura ao demonstrar que as formas mais antigas de obrigação monetária surgiram nos templos e palácios da Mesopotâmia. As economias do Neolítico e da Idade do Bronze operavam principalmente com crédito, pois o intervalo entre plantio e colheita tornava raros os pagamentos à vista no momento da compra. Os palácios e templos solucionaram o problema da comensurabilidade ao designar grãos e prata como pontos de referência para comensurar a vasta gama de transações internas com o restante da economia. Criou-se assim um sistema bimonetário – grão como unidade de conta para a esfera agrícola, prata para o comércio de longa distância – em que os preços eram administrados e as taxas de juros oficialmente reguladas.

Hudson ressalta que isso contradiz a percepção liberal de que juros e preços seriam fenômenos orgânicos de mercado. Michael Hudson (2004; 2020) aprofunda essa leitura ao demonstrar que as formas mais antigas de obrigação monetária surgiram nos templos e palácios da Mesopotâmia, a partir de três tipos de dívida: as multas de tipo wergild, as contribuições tributárias a grupos comunais e as dívidas comerciais administradas pelas grandes instituições palaciais. Tais estruturas criaram um sofisticado sistema contábil baseado em dívida que precedeu qualquer troca de mercado generalizada. A regulamentação das taxas de juros, por exemplo, era oficialmente administrada e permaneceu notavelmente estável ao longo da Antiguidade, contrariando a percepção liberal de que juros seriam um fenômeno orgânico de mercado.

Bill Maurer (2006; 2020) oferece uma revisão crítica da contribuição antropológica a esse debate. Em seu capítulo no Handbook de Battilossi (2020), Maurer demonstra que os objetos classificados como "moedas primitivas" – penas, conchas, dentes de baleia, braceletes de cobre – foram frequentemente mal compreendidos pelos observadores ocidentais, presos ao que o autor chama de "consciência de moeda" (coin consciousness): a tendência a enxergar todos os sistemas de valor através da lente da moeda metálica padronizada, fenômeno historicamente datado e geograficamente circunscrito. Maurer mostra que esses objetos operavam em sistemas complexos de relações sociais, hierarquias políticas e vínculos intergeracionais que não se reduzem às funções convencionais da moeda, mas tampouco são irredutíveis à esfera do "presente" ou da "dádiva".

Bill Maurer (2006), por sua vez, oferece uma ampla revisão da pesquisa antropológica sobre moeda e finanças. Destaca que a financeirização da economia mundial desde os anos 1970 e o fim de Bretton Woods tornaram evidentes as "qualidades ficcionais" do dinheiro. Em sua análise, a distinção entre moeda de propósito geral e moeda de propósito específico é central: as moedas sociais servem a apenas uma ou duas das funções usuais (meio de troca, método de pagamento, padrão de valor), enquanto as de propósito geral pretendem cobri-las todas.

Graeber dialoga diretamente com esses autores, mas vai além ao incorporar uma dimensão moral e política explícita. Sua trajetória de ativismo anticapitalista – incluindo participação no movimento Occupy Wall Street – confere à sua análise da dívida uma dimensão política que a distingue dos trabalhos puramente acadêmicos da tradição creditícia. Além disso, ele articula a teoria creditícia com uma crítica à violência histórica que possibilitou a generalização dos mercados e a abstração monetária.

4. OS FUNDAMENTOS DA TEORIA DA DÍVIDA EM GRAEBER

A obra Dívida pode ser compreendida em torno de seis grandes eixos analíticos.

1. *A dualidade moral da dívida* entende que a necessidade de se pagar os débitos para preservação da moral é contraditória, pois se entende que toda relação é construída a partir de um débito baseado em uma relação implícita de confiança. Uma história discutida por Graeber ainda no início do livro (Graeber, 2011, p.12), é sugestiva a esse respeito: há um dilema na punição através da reencarnação, pois não é possível ser exclusivamente devedor nem credor neste contexto, portanto se um indivíduo reencarna como escravo do seu credor mas tem um credor, como esse outro credor haverá de pagar sua dívida? Em resumo, parte considerável do vocabulário da dívida é moral, e Graeber nos convida a pensar mais seriamente as implicações desse aspecto

2. Sugere uma *nova cronologia da moeda* em que a moeda de crédito e a moeda metálica alternam a dominância de acordo com as demandas do período histórico no intervalo de 5000 anos estudado (Graeber, 2011, caps. 8 a 12). O resultado é uma história da moeda cíclica – não linear e que recusa a noção de progresso –, ou seja, as atuais moedas creditícias não representariam um estágio final de inovação do sistema monetário, mas sim como mais uma etapa em um longo ciclo de alternância de períodos marcados, ora pelo predomínio da moeda creditícia, ora pelo predomínio da moeda metálica:

> "Como ponto de partida para qualquer tentativa de discernir os grandes ritmos que definem o momento histórico atual, permitam-me propor a seguinte divisão da história eurasiana de acordo com a alternância entre períodos de dinheiro virtual e dinheiro metálico. O ciclo começa com a Era dos Primeiros Impérios Agrários dominada pelo crédito virtual (3500-800 a.C.), o dinheiro. Segue-se a Era Axial (800 a.C. - 600 d.C.), que será abordada no próximo capítulo e que viu a ascensão da cunhagem e uma mudança geral para o metal em barra. A Idade Média (600-1450 d.C.), que viu um retorno ao dinheiro de crédito virtual, será abordada no capítulo 10; o capítulo 11 cobrirá a próxima virada do ciclo, a Era dos Impérios Capitalistas, que começou com uma massiva mudança planetária por volta de 1450 de volta ao ouro e prata em barra, e que só pode ser realmente considerada terminada em 1971, quando Richard Nixon anunciou que o dólar americano não seria mais resgatável em ouro. Isso marcou o início de mais uma fase de dinheiro virtual, uma que apenas começou, e cujos contornos finais são, necessariamente, invisíveis (GRAEBER, 2011, p. 214)."

3. Para Graeber, *economia* é um sistema em que as qualidades são reduzidas a quantidades – um sistema regido pela abstração –, mas nem toda forma de cálculo destrói a relação de confiança por trás da dívida:

> Estas são, afinal, economias: isto é, sistemas de troca nos quais as qualidades são reduzidas a quantidades, permitindo cálculos de ganho e perda — mesmo que esses cálculos sejam simplesmente uma questão (como na troca de irmãs) de iguais ou (como na rixa) de menos iguais a zero. (GRAEBER, 2011, p. 159)"

Esta noção é essencial na compreensão do papel da abstração e da violência (e da relação entre essas noções) na expansão da moeda e criação de mercados.

4. Ponto de partida histórico da análise de Graeber, a economia humana (*human economy*) identifica cada vida como única e inestimável diante da complexidade das suas relações de débito e crédito, e a moeda social (*social currency*) é relacional e de caráter aberto, não se encaixando em termos numéricos absolutos. ~~Há~~ A violência, porém, não ultrapassa o princípio de que uma vida só pode ser trocada por outra, isto é:

> O pretendente que apresenta a riqueza da noiva nunca está pagando por uma mulher, ou mesmo pelos direitos de reivindicar seus filhos. Isso implicaria que barras de latão, ou dentes de baleia, conchas de cauri, ou mesmo gado, são de alguma forma o equivalente a um ser humano, o que pela lógica de uma economia humana é obviamente absurdo. Somente um ser humano poderia ser considerado equivalente a outro ser humano.

5. Moeda e violência estão intimamente conectadas, pois é a violência a responsável por anular a rede de relações que torna cada pessoa única e possibilita que sejam tratadas de forma idêntica. A anulação máxima dessas relações se deu pelo comércio de escravos (Graeber, 2011, caps. 6 e 7).

6. A escravidão foi a responsável pela criação de mercados “porque há todas as razões para acreditar que a escravidão, com sua capacidade única de arrancar seres humanos de seus contextos, de transformá-los em abstrações, desempenhou um papel fundamental no surgimento de mercados em todos os lugares." (Graeber, 2011, p.165), ou seja, de abstrair através da violência.

5. ECONOMIA HUMANA, MOEDA SOCIAL E PLURALIDADE MONETÁRIA

O conceito de economia humana (human economy) é um dos mais originais da obra de Graeber. Nestas sociedades o adjetivo “humana” não carrega o sentido usual de civilidade ou benevolência; pelo contrário, reconhece que há violência, mas o principal é compreender que “são sistemas econômicos preocupados primeiramente não com a acumulação de riqueza, mas com a criação, destruição e rearranjos de seres humanos” (Graeber, 2011, p. 130). Nesse contexto, a moeda social (social currency) opera de modo radicalmente diferente da moeda mercantil. Ela é relacional, de caráter aberto, e não se encaixa em termos numéricos absolutos. Seu valor não é fixo nem universal, mas depende do contexto e das relações em que circula. O exemplo mais recorrente de Graeber são as riquezas da noiva (bride wealth) em diversas sociedades africanas: os bens trocados no casamento não compram a mulher, pois isso contrariaria a lógica da economia humana, segundo a qual apenas um ser humano pode ser considerado equivalente a outro ser humano.

Esse conceito converge de forma produtiva com a análise de Maurer (2020) sobre as "moedas primitivas". Maurer demonstra que objetos como as penas vermelhas das Ilhas Santa Cruz (Solomon) eram usados predominantemente para transações de alta importância – pagamentos matrimoniais, compra de canoas oceânicas, multas – operando em esferas de valor radicalmente distintas das transações cotidianas. Isso ecoa a distinção de Graeber entre a esfera da economia humana (qualitativa, relacional) e a esfera comercial (quantitativa, abstrata).

Uma contribuição teórica inovadora nessa direção é oferecida por Kuroda (2020), cuja teoria dos quatro quadrantes das trocas permite situar o debate sobre pluralidade monetária em bases mais precisas. Kuroda propõe que todas as trocas são condicionadas por dois pares de opções binárias: (i) grau de familiaridade entre as partes (anônima ou nomeada) e (ii) distância da transação (próxima ou distante). O cruzamento dessas dimensões gera quatro tipos de troca, cada um com instrumentos monetários típicos: moeda de grande denominação para trocas anônimas/distantes (Quadrante I); letras de câmbio para trocas nomeadas/distantes (Quadrante II); escrituração contábil para trocas nomeadas/próximas (Quadrante III); e moeda de pequena denominação para trocas anônimas/próximas (Quadrante IV). A contribuição central de Kuroda é demonstrar que as moedas não se substituem necessariamente, mas frequentemente operam em relações de complementaridade. A lei de Gresham pressupõe uma relação substitutiva entre a "moeda boa" e a "moeda ruim", mas a evidência histórica global mostra que moedas de diferentes qualidades circulavam simultaneamente porque cada uma servia melhor a um tipo específico de troca. Essa pluralidade monetária não era acidental, mas funcional.[2]

A perspectiva de Kuroda é também relevante para pensar a diferença entre crédito e moeda metálica. Para ele, a distinção fundamental não reside no pagamento de juros, mas na estrutura da relação: o crédito pressupõe uma relação nomeada (certainty) entre credor e devedor, enquanto a moeda representa o desejo de liberdade (freedom) nas transações anônimas. Essa diferença não é evolutiva, mas funcional e contextual, o que ressoa com a proposta de Graeber de que crédito e moeda metálica correspondem a diferentes configurações institucionais e políticas, não a estágios de uma mesma sequência histórica. A economia humana de Graeber corresponderia, na tipologia de Kuroda, predominantemente aos quadrantes II e III (trocas nomeadas, próximas e distantes), onde prevalece o crédito relacional e a escrituração contábil sobre vínculos de confiança pessoal. A passagem para economias mercantis generalizadas seria, nessa chave, a expansão violenta dos quadrantes I e IV (trocas anônimas), imposta pela cunhagem estatal e pela escravidão.

[2]Kuroda (2020) argumenta que Hayek (1976) defendeu que a moeda poderia ser estável sem intervenção estatal, mas não previu que as moedas não necessariamente competem, podendo funcionar em relação de complementaridade.

O que a escravidão e os mercados fizeram foi justamente violar o princípio princípio de que uma vida só pode ser trocada por outra, ao atribuir preço monetário a vidas humanas. Graeber demonstra que foi precisamente essa violência – e não a racionalidade econômica – que permitiu a abstração necessária para a generalização dos mercados.

Um aspecto importante é que as economias humanas não são pré-capitalistas no sentido evolucionista, ou seja, não representam um estágio inferior que seria superado pelo mercado. Na verdade, muitas delas coexistiram com formas mercantis e continuam existindo nas margens do capitalismo global. A contribuição de Graeber é, portanto, mostrar que formas alternativas de economia não são meras curiosidades históricas, mas possibilidades reais que foram violentamente suprimidas ou marginalizadas.

6. A CRONOLOGIA ALTERNATIVA DA MOEDA E A COMPLEMENTARIDADE HISTÓRICA

Um dos eixos mais ambiciosos da obra de Graeber é a periodização da história monetária em torno da alternância entre sistemas de crédito e moeda metálica. Essa cronologia rompe com a sequência linear escambo–moeda metálica–crédito da teoria econômica clássica e propõe um modelo cíclico, não evolutivo.

A Era dos Grandes Impérios Agrícolas (3500–800 a.C.) foi dominada pela moeda de crédito virtual. Na Mesopotâmia, as transações eram realizadas via crédito e relações de confiança, registradas em tábuas de argila dos templos e palácios que funcionavam como bancos primitivos; o dinheiro era, antes de tudo, uma unidade de conta utilizada no registro e medição de obrigações. Hudson (2020) destaca que os preços eram administrados e as taxas de juros sobre empréstimos de prata oficialmente reguladas pelos centros palacianos. O'Flynn (2018) complementa ao mostrar que o shekel mesopotâmico era uma unidade de conta intangível (pré-moeda-metálica) que servia de referência para comensurar transações diversas sem que a prata precisasse circular fisicamente. O Egito operava com economia centralizada, distribuindo bens por meio de contabilidade em papiros; a China alternava entre crédito e moeda metálica. A principal conclusão desse período é que as atividades econômicas floresceram sem moeda metálica, adaptadas às respectivas circunstâncias econômicas e sociais de cada civilização.

A Era Axial (800 a.C.–600 d.C.) marcou o surgimento da cunhagem e uma virada em direção ao metal, concomitante ao florescimento filosófico de Pitágoras, Buddha e Confúcio. Graeber demonstra que a monetização em metais não foi impulsionada pelo comércio, mas pelo financiamento

de exércitos mercenários. O crescimento populacional e o surgimento de táticas militares coletivas (como a falange grega) criaram necessidade de pagamento eficiente e flexível. Ao insistirem que apenas suas moedas eram aceitáveis para pagamento de impostos, os governos subjugaram as inúmeras moedas sociais preexistentes e estabeleceram mercados nacionais relativamente uniformes. Graeber caracteriza o sistema grego clássico como um "military-coinage-slavery complex": exército mercenário, cunhagem fiscal e escravidão formavam um sistema integrado. Nessa fase, a diferença entre a moeda creditícia (nomeada, relacional) e a metálica (anônima, portável) é precisamente a diferença identificada por Kuroda entre os quadrantes de crédito e os de moeda: a moeda metálica venceu nos contextos de maior anonimato, violência e distância (Quadrante I), enquanto os sistemas de crédito persistiram nas trocas locais e nomeadas (Quadrantes II e III).

A Idade Média (600–1450 d.C.) assistiu ao retorno da moeda de crédito. A fragmentação política na Europa, as restrições religiosas ao empréstimo com juros (no Islã, Hinduísmo, Budismo e Cristianismo) e o desenvolvimento de instrumentos financeiros sofisticados – letras de câmbio (suftaja) no mundo islâmico, notas promissórias na Índia e na China – reduziram a necessidade de cunhagem. A China Song (960–1279 d.C.) desenvolveu o primeiro sistema de moeda fiduciária em larga escala, com papel-moeda sem lastro metálico, atribuindo ao Estado chinês um caráter cartalista: o valor da moeda derivava da autoridade estatal e de sua aceitabilidade para tributos. O mundo islâmico, por sua vez, tornou-se uma sofisticada ponte comercial e cultural, com o primeiro sistema de livre-mercado popular formulado por teólogos como Ghazali (1058–1111) e Tusi. Esse caso confirma simultaneamente a tese de Knapp (moeda como criatura do Estado) e a ideia de Kuroda de que as formas de organizar as trocas próximas (Quadrante IV) são determinadas pelo sistema institucional, não por uma lógica econômica universal.

A Era dos Impérios Capitalistas (1450–1971 d.C.) marcou o retorno ao ouro e à prata em barra, a partir das conquistas coloniais nas Américas e na África. O período contemporâneo, iniciado com o fim do padrão dólar-ouro em 1971, caracteriza uma nova era de dinheiro virtual – cujos contornos finais, nas palavras de Graeber, permanecem invisíveis.

O argumento de Chick (1992) e Minsky (1991) – de que a moeda é endógena ou exógena de acordo com o período histórico – oferece um suporte teórico adicional a essa cronologia. Nas eras de predomínio creditício, a oferta de moeda tende a ser endógena, criada pelas relações de crédito entre as partes; nas eras de predomínio metálico, a oferta tende a ser mais exógena, limitada pela disponibilidade física de metal. A partir do desenvolvimento do sistema bancário moderno, a moeda voltou a ser predominantemente endógena – o que sugere que o ciclo atual de dinheiro virtual, iniciado em 1971, é também um retorno à lógica creditícia, agora em escala global e plenamente fiduciária.

O padrão cíclico observado ao longo desse percurso revela que não há uma escolha de sistema monetário inerente à natureza humana, nem uma forma única e ideal de promover o comércio. A escolha entre crédito e moeda metálica é uma adaptação às condições políticas, sociais e econômicas de cada civilização, e o predomínio da moeda metálica coincide historicamente com períodos de violência generalizada, guerra e conquista.

7. RECEPÇÃO CRÍTICA E LIMITES DA OBRA

A recepção acadêmica de Dívida foi ampla e heterogênea. Coco (2013) identifica como principal contribuição de Graeber a ênfase no fato de que as relações de dívida são construções culturais, sujeitas a renegociação. A autora destaca a crítica ao pressuposto de igualdade entre credores e devedores, que desconsidera diferenças reais no poder de barganha.

Hahn (2012) atribui a Graeber a demonstração de que, quando a moeda passa a exercer a função de unidade de conta de forma imposta, os valores extraeconômicos – honra, justiça, reciprocidade – são violentamente substituídos por uma medição neutra que justificou fenômenos como o tráfico negreiro.

Huato (2015) oferece uma crítica marxista ao argumento de Graeber: a periodização temporal em termos de alternância entre moedas de crédito e metálicas ignoraria que todas as fases constituem partes de uma mesma estrutura social. A periodização graeberiana também seria imprecisa quanto às origens da propensão à violência e ao processo de combinação de forças produtivas. Huato argumenta que o conceito de "capital antidiluviano" (formas de capital anteriores ao capitalismo) é subutilizado na análise.

Spencer (2014) e Selbo (2014) defendem a obra de perspectivas complementares. Spencer (2014) reconhece três eixos focais da obra: (i) o papel da violência e dominação na criação das equivalências quantitativas; (ii) a necessidade de reexaminar a separação convencional entre Estado e mercado; e (iii) as estruturas ideológicas que legitimam o discurso moral da dívida. Ele aponta, porém, contradições no desenvolvimento dos princípios igualitários do "comunismo de base" e inconsistências metodológicas no uso da etnografia africana. Selbo (2014), por sua vez, defende que Graeber não busca uma resposta definitiva porque reconhece a incerteza do futuro. Para ele, a distinção entre dívida e obrigação é a contribuição mais importante da obra, pois permite escapar tanto da dicotomia smithiana entre troca e solidariedade quanto da visão que reduz todas as relações humanas a cálculo de interesse. A principal crítica metodológica recorrente é o uso extensivo de indução histórica e a insuficiência das explicações sobre as origens da propensão à violência.

A importância de Graeber reside na capacidade de articular evidências empíricas de longa duração com uma crítica moral e política das categorias econômicas dominantes. A ausência de uma teoria de valor sistemática é uma limitação que pode ser preenchida a partir do diálogo com Hudson, O'Flynn, Kuroda e Théret.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo demonstrou que a obra de David Graeber oferece uma contribuição original à ciência econômica em três frentes: a crítica à narrativa convencional da origem da moeda; o desenvolvimento de conceitos analíticos alternativos (economia humana, moeda social); e a proposição de uma cronologia monetária que desafia o evolucionismo econômico.

O diálogo com O'Flynn (2018) mostrou que a impossibilidade histórica de satisfazer simultaneamente todas as funções monetárias por um único objeto fortalece a leitura de Graeber: se diferentes instrumentos cumprem diferentes funções em diferentes contextos, então a pluralidade monetária é funcional, não aberrante. A teoria dos quatro quadrantes de Kuroda (2020) fornece um mapa analítico preciso para entender por que crédito e moeda metálica coexistiam complementarmente ao longo da história, cada um dominando os contextos para os quais era mais adequado. E o argumento de Chick e Minsky sobre endogeneidade histórica da moeda oferece um suporte pós-keynesiano inesperado para a cronologia de Graeber.

O argumento de que os mercados não são fenômenos naturais, mas produtos históricos da violência e da coerção estatal é especialmente relevante em um momento em que a austeridade fiscal e a moralização das dívidas soberanas continuam a impor custos severos sobre populações periféricas. Graeber fornece ferramentas conceituais para questionar a sacralidade dessas obrigações e para recuperar a ideia, historicamente fundamentada, de que o perdão de dívidas é regra, não exceção. Ao situar a dívida – e não a troca – como fundamento das relações econômicas, Graeber desenvolve uma perspectiva que converge com a tradição creditícia da moeda (Innes, Hudson, Maurer), ao mesmo tempo em que a radicaliza ao incorporar as dimensões da violência, da moral e da política. Do ponto de vista do tema do XXXI ENEP, a obra de Graeber é duplamente relevante. Por um lado, oferece ferramentas analíticas para compreender como a dívida funciona como mecanismo de poder e de subordinação nos países periféricos. Por outro, ao recuperar formas históricas de economia não mercantis, sugere que alternativas ao capitalismo são possíveis – não como utopia, mas como realidade que já existiu e pode voltar a existir em novas formas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGLIETTA, Michel; ORLÉAN, André. La monnaie souveraine. Paris: Odile Jacob, 1998.

AGGIO, Gustavo; ROCHA, Marco Antonio. Dois momentos para a teoria cartalista da moeda: de Knapp a Goodhart. Economia e Sociedade, 2009.

BAIN-SELBO, Eric. Review. In: Soundings: An Interdisciplinary Journal, vol. 97, n. 4, 2014, pp. 491-508.

CHICK, Victoria. The evolution of the banking system and the theory of saving, investment and interest. Économies et Sociétés, série Monnaie et Production, vol. 3, 1986, pp. 111-126.

COCO, Linda. Review. In: Political and Legal Anthropology Review, vol. 36, n. 1, 2013, pp. 176-178.

FISHER, Irving. The Purchasing Power of Money. New York: Macmillan, 1920.

FRIEDMAN, Milton. The Quantity Theory of Money: A Restatement. In: _____. Studies in the Quantity Theory of Money. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

GOODHART, Charles. The two concepts of money: implications for the analysis of optimal currency areas. European Journal of Political Economy, vol. 14, n. 3, 1998, pp. 407-432.

GRAEBER, David. Debt: The First 5000 Years. New York: Melville House Publishing, 2011.

HAHN, Chris. Review. In: Comparative Studies in Society and History, v. 54, n. 2, 2012, pp. 447-449.

HÖFIG, Vera; MÜLLER, Leonardo; COLOMBINI, Fábio. Money and the constitution of value: a contribution to the Chartalist critique of Menger's theories of value and money. Cambridge Journal of Economics, 2025.

HUATO, Julio. Graeber's "Debt": When a Wealth of Facts Confronts a Poverty of Theory. In: Science and Society, vol. 79, n. 2, 2015, pp. 318-325.

HUDSON, Michael. The Archaeology of Money: Debt versus Barter Theories of Money's Origins. In: WRAY, Randall (ed.). Credit and States Theories of Money. Cheltenham: Edward Elgar Press, 2004, pp. 99-127.

HUDSON, Michael. Origins of Money and Interest: Palatial Credit, Not Barter. In: BATTILOSSI, Stefano; CASSIS, Youssef; YAGO, Kazuhiko (orgs.). Handbook of the History of Money and Currency. Singapore: Springer, 2020, cap. 2.

INNES, A. Mitchell. What is Money? Banking Law Journal, maio de 1913, pp. 377-408.

KNAPP, Georg Friedrich. The State Theory of Money. Londres: Macmillan, 1924 [1905].

KURODA, Akinobu. A Global History of Money. London/New York: Routledge, 2020.

MAURER, Bill. The Anthropology of Money. Annual Review of Anthropology, v. 35, 2006, pp. 15-36.

MAURER, Bill. Primitive and Nonmetallic Money. In: BATTILOSSI, Stefano; CASSIS, Youssef; YAGO, Kazuhiko (orgs.). Handbook of the History of Money and Currency. Singapore: Springer, 2020, cap. 4.

MENGER, Carl. On the Origins of Money. Economic Journal, vol. 2, 1892, pp. 239-255.

MINSKY, Hyman. Stabilizing an Unstable Economy. New Haven: Yale University Press, 1986.

O'FLYNN, Dennis. Disaggregation of monies in global history: Six monetary functions over five millennia. In: VAN DER SPEK, R.J.; VAN LEEUWEN, Bas (eds.). Money, Currency and Crisis: In Search of Trust, 2000 BC to AD 2000. London/New York: Routledge, 2018, cap. 2.

SILVA, João Guilherme. A moeda como Constituição: aspectos de uma teoria constitucional da moeda. Dissertação de mestrado. 2024.

SMITH, Adam. An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations. London: W. Strahan and T. Cadell, 1776.

SPENCER, Annie. Woman Is an Object Without History. Women's Studies Quarterly, vol. 42, n. 1/2, 2014, pp. 38-45.

THÉRET, Bruno. Os três estados da moeda: abordagem multidisciplinar do fato monetário. Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, n. 1, abr. 2008, pp. 1-28.

TOSTES, Renato. Uma análise da endogeneidade da moeda a partir das teorias pós-keynesiana e cartalista. Trabalho de conclusão de curso. 2025.